

Desigualdade de renda do trabalho formal por escolaridade, raça/cor e sexo no Rio Grande do Norte – 2007/2017

Inequality of formal labor income by school, race / color and gender in Rio Grande do Norte – 2007/2017.

Willian Gledson e Silva¹

Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes²

Luís Abel da Silva Filho³

Resumo: Um dos principais determinantes das desigualdades de renda do trabalho está relacionado à desigualdade nos níveis educacionais dos ocupados. Assim, este artigo tem o objetivo de analisar os diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho Potiguar nos anos 2007 e 2017. Utilizam-se os microdados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS da secretaria da previdência e emprego do Ministério da Economia do Brasil – MEB. O tratamento analítico se deu por meio do uso de regressões múltiplas estimadas por meio de uma equação Minceriana de rendimentos. Os resultados evidenciam que há disparidades de renda do trabalho, porém, essas se reduzem com a escolaridade, sendo um determinante da diminuição que atuou, eliminando os efeitos dos demais componentes demográficos, como raça/cor e sexo, na desigualdade de rendimentos do trabalho no setor formal da economia Potiguar nos anos em apreço.

Palavras-chave: Diferenciais de rendimentos. Trabalho formal. Equação Minceriana. Rio Grande do Norte.

Abstract: One of the main determinants of income inequalities at work is related to inequality in the educational levels of the employed. Thus, this article aims to analyze the income differentials in the Potiguar labor market

¹Professor do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Autor(a) correspondente, *Email: williangledson@gmail.com*.

²Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Roraima – UFRR. *Email: vinicius.fernandes@ufrr.br*.

³Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. *Email: abeleconomia@hotmail.com*.

in the years 2007 and 2017. The microdata of the Annual Social Information List (RAIS) of the Social Security and Employment Secretariat of the Ministry of Economy of Brazil – is used - MEB. The analytical treatment took place using multiple regressions estimated using a Mincerian equation of yields. The results show that there are disparities in income from work, however, these are reduced with schooling, being a determinant of the decrease that acted, eliminating the effects of the other demographic components, such as race / color and sex, in the inequality of income from work in the country. formal sector of the Potiguar economy in the years under review

Keywords: Income differentials. Formal work. Mincerian equation. Rio Grande do Norte.

JEL codes: J0; J7; J71.

I Considerações iniciais

A desigualdade de renda do trabalho tem se apresentado como um fenômeno presente e contínuo em economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Questões como os níveis de escolaridade (educação formal), a raça/cor, a idade e o sexo da população economicamente ativa no mercado de trabalho brasileiro são fortes atributos observáveis que afetam as desigualdades salariais no país. Todavia, há uma tendência de redução das disparidades de renda no mercado de trabalho brasileiro, mediante a elevação da escolaridade da população, se sobrepondo às demais características observáveis anteriormente mencionadas. Ou seja, a elevação da escolaridade reduz os efeitos das disparidades salariais, independentemente da raça/cor, idade ou sexo da população, conforme sugerem os estudos de [Vilela, Araujo e Ribeiro \(2012\)](#) e [Duarte \(2017\)](#).

Nesse sentido, [Rocha, Campos e Bittencuort \(2010\)](#) sublinham que a análise compreendida entre os anos 1996 a 2004 revela uma clara desigualdade nos rendimentos decorrentes das categorias escolares, particularmente na economia brasileira, no contexto das transformações provenientes da abertura dos anos 1990. Assim sendo, a perspectiva do nível de instrução educacional é um elemento preponderante na existência de hiatos salariais, sendo uma característica relevante aos contornos aqui salientados.

Assim, os níveis de escolaridade da força de trabalho podem ser um representativo atributo à redução das disparidades de renda do mercado laboral no país, notadamente em decorrência da elevação tendencial da produtividade dos trabalhadores mediante o incremento

do chamado fator educacional, claramente explicado pela teoria do capital humano considerada por [Silva et al. \(2016\)](#).

[Machado, Oliveira e Antigo \(2008\)](#), por sua vez, constatarem haver diferenciais de renda entre setores econômicos formais e informais. Os autores captam traços de desigualdade no mercado de trabalho no enquadramento da formalização, ainda que o estudo tenha considerado aqueles trabalhadores informais por conta própria (empreendimentos informais), asseverando tais características observadas em semelhante cenário.

Já [Duarte \(2017\)](#) salienta que as áreas metropolitanas do Sul e Sudeste brasileiros assinalam resultados importantes no sentido de haver assimetrias de rendimento pelo maior grau educacional dos agentes, corroborando com o teste empírico para o Brasil, realizado por [Rocha, Campos e Bittencourt \(2010\)](#), permitindo atestar ser o aspecto escolaridade fundamental para a ocorrência dos diferenciais de renda regionalmente.

De fato, a redução dos níveis de desigualdade na educação formal da população brasileira, claramente, pode ser forte atenuante da redução das disparidades de renda do trabalho entre as regiões, quer dizer, o fator educacional é um elemento capaz de possibilitar eventuais arrefecimentos das assimetrias interesaciais internamente ao país, de acordo com teste empírico de [Silva et al. \(2016\)](#).

[Vilela, Araujo e Ribeiro \(2012\)](#), particularmente, revelam que as distinções de renda decorrentes do trabalho se fortalecem em virtude da prerrogativa intergeracional, isto é, trabalhadores mais velhos tendem a estabelecer níveis de diferenças maiores com a consideração dos aspectos raça/cor e sexo, reduzindo tais hiatos de rendimento nos trabalhadores jovens devido ao grau de escolaridade, asseverando o fator educacional como preponderante aos resultados aqui demarcados.

Em acréscimo a tais contornos empíricos, torna-se importante ressaltar que as disparidades regionais se aprofundam no Brasil, principalmente quando se admitem ocorrer agrupamentos com níveis de renda assimétricos. Com efeito, existem fragmentações interesaciais significativas, agravando tais distorções sociais e econômicas nos cortes populacionais menores de 25 e maiores de 35 anos com reduzida escolaridade, destacando graus de instrução mais elevados como fator de quase eliminação das diferenças regionais de rendimentos, conforme [Silveira Neto, M. e Campêlo \(2003\)](#).

[Maciel e Oliveira \(2018\)](#) mostram que os quantis estimados traduzem assimetrias sobre os rendimentos do trabalho, enfatizando diferenças maiores quando a análise repousa nos agrupamentos que apre-

sentam o sexo feminino de perfil informal no mercado de trabalho brasileiro, assinalando serem os anos 2000 um período sintomático para a captura de tais evidências, em que sustentam a existência de diferenciais de rendimento, também procedentes da questão da distinção entre os sexos dos ocupados.

Já [Belluzzo, Anuatti Neto e Pazello \(2005\)](#), por sua vez, explicitam um teste econométrico via regressões quantílicas compatível com a demonstração de diferenciais de salários no Brasil entre os ocupados nos setores público e privado, de modo que nos agrupamentos de trabalhadores mais baixos ocorrem uma tendência de rendimentos melhores ao funcionalismo público, havendo uma reversão no momento de aumento dos estratos em favor do seguimento privado, sendo perceptível casos pontuais de agentes públicos com remunerações mais significativas.

Os autores identificam, claramente, que o mercado de trabalho privado resguarda possibilidades salariais mais representativas quando houver diferenciais aos agentes com maior grau de escolaridade, isto é, os quantis mais elevados traduzem rendimentos maiores somente superados pelos trabalhadores do setor público em determinadas funções estratégicas, provavelmente confiadas e/ou destinadas àqueles que expressem pertinente nível de capital humano.

Uma última constatação, na verdade, procede da leitura de [Silva Filho, A. et al. \(2019\)](#), a qual acentua que, no estado do Rio Grande do Norte, o movimento migratório produz efeitos relevantes sobre o mercado de trabalho em termos de rendimentos, quer dizer, a mobilidade do fator trabalho entre os municípios potiguares proporciona aos migrantes serem selecionados positivamente, conservando a percepção de assimetria nos rendimentos até então apontados.

Após essas explicitações, torna-se importante mencionar que o objetivo deste artigo reside em analisar o diferencial de rendimento no Estado do Rio Grande do Norte, partindo dos trabalhadores formais, nos anos de 2007 e 2017. Portanto, esta pesquisa está dividida em mais 4 partes, além das considerações iniciais. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados; no terceiro item, tem-se a descrição estatística de dados balizada na discussão da literatura ressaltada; no quarto tópico são apresentados os resultados das estimações e suas respectivas análises, reservando ao término algumas considerações finais e consequentes prospecções aos futuros trabalhos.

II Procedimentos metodológicos

Neste artigo, via de regra, pretende-se analisar as disparidades de renda do trabalho no setor formal da economia Potiguar nos anos de 2007 e 2017. Busca-se examinar se o efeito escolaridade, o qual acoplado à raça/cor e sexo, corrobora redução das disparidades de renda do trabalho no seguimento formal econômico.

Recorre-se, por sua vez, aos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) da secretaria da previdência e trabalho do Ministério da Economia do Brasil (MEB). Dada à complexidade da base de dados, utilizam-se aqui somente as informações referentes aos ocupados formais que possuem os dados integralmente declarados.

No que diz respeito às variáveis usadas no estudo, essas eliminam os Outliers da base de dados, em que se exprimem pela ausência de informações necessárias ao desenvolvimento desta pesquisa. O objetivo de suprimir os Outliers se dá no sentido de não permitir que tais informações incompletas possam produzir viés nos resultados das estimações.

Consideram-se ocupados formais os trabalhadores com vínculos e registro junto ao órgão empregador, que se enquadre em uma das categorias apresentadas na Tabela 1 abaixo, e todos com garantias trabalhistas instituídas nas leis do trabalho vigentes no Brasil.

Tomando como referência o uso de informações amostrais geradas aleatoriamente e a partir dos Censos da RAIS-MEB, a definição do modelo de regressão linear múltipla aqui estimada assume sua função matemática de característica amostral como se segue:

$$\hat{y}_i = \hat{\alpha} + \hat{\beta}_1 X_{1i} + \hat{\beta}_2 X_{2i} + \dots + \hat{\beta}_n X_{ni} + \hat{\varepsilon}_i$$

onde $\hat{\alpha}$ e $\hat{\beta}$ representam os estimadores amostrais para os coeficientes do modelo de regressão linear múltipla, estimadas por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), aqui empregados, sendo o $\hat{\varepsilon}$ o resíduo amostral do modelo adotado neste artigo.

Ademais, a determinação da equação segue o proposto por [Mincer \(1974\)](#). A equação Minceriana de rendimentos, como passa a ser amplamente divulgada na literatura que versa sobre determinações de renda, explicita como variáveis explicativas do rendimento salarial dos ocupados um conjunto de características socioeconômicas e demográficas destes indivíduos e características dos postos de trabalho aqui utilizados. Com isso, a equação de [Mincer \(1974\)](#) pode ser expressa:

Tabela 1: Descrição dos tipos de vínculos dos ocupados formais declarados junto à Relação Anual de Informações Sociais.

Tipo de Vínculo	
<input type="checkbox"/>	Empregados contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
<input type="checkbox"/>	Servidores da administração pública, bem como das fundações supervisionadas;
<input type="checkbox"/>	Trabalhadores avulsos;
<input type="checkbox"/>	Empregados de cartórios extrajudiciais;
<input type="checkbox"/>	Trabalhadores temporários;
<input type="checkbox"/>	Trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado;
<input type="checkbox"/>	Diretores sem vínculo empregatício e com opção de recolhimento do FGTS;
<input type="checkbox"/>	Servidores públicos não-efetivos;
<input type="checkbox"/>	Trabalhadores regidos pelo estatuto do trabalhador rural;
<input type="checkbox"/>	Aprendiz (maior de 14 anos e menor de 24 anos);
<input type="checkbox"/>	Trabalhadores com contrato de trabalho por tempo determinado;
<input type="checkbox"/>	Trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado;
<input type="checkbox"/>	Servidores e trabalhadores licenciados;
<input type="checkbox"/>	Servidores públicos cedidos e requisitados; e,
<input type="checkbox"/>	Dirigentes sindicais.

Fonte: Autores, elaboração própria com base em dados da RAIS.

$$\ln(W) = \hat{\alpha} + \hat{\beta}_1 X_{1i} + \hat{\beta}_2 X_{2i} + \dots + \hat{\beta}_n X_{ni} + \hat{\varepsilon}_i$$

onde $\ln(W)$ é o logaritmo natural da renda do trabalho dos ocupados formais Norte-rio-grandenses explicados por um conjunto de características socioeconômicas e demográficas dos indivíduos componentes da amostra. Nesse sentido, a equação estimada neste artigo tem o $\ln(W)$ (Logaritmo Natural do Salário por hora de trabalho) dos ocupados no setor formal da economia Potiguar explicado por uma série de variáveis descritas no Tabela 2, abaixo, destacando-se a variável de controle em cada uma das categorias:

Com a exposição das variáveis na Tabela 2, é possível inferir acerca dos efeitos das características socioeconômicas e demográficas dos ocupados (sexo, idade, escolaridade, raça/cor, condição de migração e portador de deficiência), bem como dos atributos referentes aos postos de trabalho (setor de atividade, estabelecimento optante pelo simples nacional, tamanho do estabelecimento e tempo de permanência no emprego) sobre os diferenciais de rendimentos dos ocupados formais no Estado do Rio Grande do Norte.

Tabela 2: Descrição das variáveis de controle - 2007/2017.

Variável de controle	Descrição da variável
Homem branco c/ ensino médio completo e superior incompleto	Homem branco c/ ensino superior completo
	Homem branco c/ mestrado
	Homem branco c/ doutorado
	Mulher branca c/ ensino médio comp. e superior incomp.
	Mulher branca c/ ensino superior completo
	Mulher branca c/ mestrado
	Mulher branca c/ doutorado
	Homem preto c/ ensino médio comp. e superior incomp.
	Homem preto c/ ensino superior completo
	Homem preto c/ mestrado
	Homem preto c/ doutorado
	Mulher preta c/ ensino médio comp. e superior incomp.
	Mulher preta c/ ensino superior completo
	Mulher preta c/ mestrado
	Mulher preta c/ doutorado
	Homem pardo c/ ensino médio comp. e superior incomp.
	Homem pardo c/ ensino superior completo
	Homem pardo c/ mestrado
	Homem pardo c/ doutorado
	Mulher parda c/ ensino médio comp. e superior incomp.
Mulher parda c/ ensino superior completo	
Mulher parda c/ mestrado	
Mulher parda c/ doutorado	
Ocupados na agricultura	Indústria
	Construção
	Comércio
	Serviços
	Outros serviços
	Serviços domésticos
Não migrante pendular	Migrante pendular
Não portador de deficiência	Idade
	Idade ²
Não portador de deficiência	Portador de deficiência
Ocupado em indústrias não optante pelo simples	Indústria optante pelo simples
Ocupados no estabelecimento de microporte	Pequeno estabelecimento
	Médio estabelecimento
	Grande estabelecimento
Ocupado há menos de um ano	Mais de 1 a 2 anos
	Mais de 2 a 3 anos
	Mais de 3 a 5 anos
	Mais de 5 a 10 anos
	Mais de 10 anos

Fonte: Autores, elaboração própria com base em dados da RAIS.

III Condicionantes socioeconômicos e demográficos das disparidades de renda do trabalho no RN

A seção agora inaugurada, via de regra, pretende discutir sinteticamente algumas estatísticas descritivas acerca da amostra que exprime as variáveis do estudo, cuja preocupação consiste na tentativa de evidenciar um panorama geral do comportamento dos dados, lançando realces sintomáticos para a estimação econométrica subsequente no artigo.

De posse dos resultados expressos na Tabela 3, nota-se que entre os anos de 2007 e 2017, no Rio Grande do Norte, a idade média das mulheres e dos homens exibe uma tênue elevação, sendo que o sexo masculino apresenta uma idade ligeiramente mais elevada, compatibilizando com traços ressaltados por [Vilela, Araujo e Ribeiro \(2012\)](#).

No que tange à questão racial, os homens brancos e as mulheres brancas expressam uma queda representativa em suas participações relativas em ambos os grupos, saindo de 57,2% e 53,5% para 40% e 35,5%, respectivamente. Existe, no entanto, uma compensação quantitativa aos grupos pardos e, conseqüentemente, os pretos. Esses possuem pouca e significativa ampliação em termos de participação - com mulheres representando 3,0% e homens 3,8%, isso em 2017, seja por questões de pouca inserção no mercado formal de trabalho Potiguar, seja por subdeclaração de raça/cor por parte dos indivíduos, conforme subsídios empíricos de [Maciel e Oliveira \(2018\)](#).

Já no tocante à relação raça/cor e nível de escolaridade, observa-se ocorrer uma expressiva redução de homens e mulheres brancos entre 2007 e 2017, na perspectiva do ensino médio completo e superior incompleto. Considerando mulheres e homens, no período analisado, os indicadores saem de 47,2% e 46,2% para 29,5% e 29,1%. Tal resultado inverte quando se consideram os grupos pardos femininos e masculinos, com flagrante aumento neste nível formativo, reservando aos negros uma quase imperceptível variação, dentro do setor formal da economia norte-rio-grandense.

Logo, os demais níveis de escolaridade, na leitura de [Duarte \(2017\)](#), revelam mudanças bastante tênues, notadamente em nível de pós-graduação para todos os grupos analisados. Apenas o ensino superior completo que demonstra uma tendência ligeiramente diferente, em que as mulheres brancas expressam um incremento residual e os homens brancos uma queda um pouco maior. Já o grupo de pessoas

Tabela 3: Caracterização socioeconômica e demográfica dos ocupados no setor formal no Rio Grande do Norte - 2007/2017.

Variáveis	2007		2007	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Idade	30,2	31,8	33,4	34,5
Branco	57,2	53,5	40,0	35,5
Preto	2,3	2,9	3,0	3,8
Pardo	40,5	43,6	57,0	60,8
Branco – médio comp. superior incomp.	47,2	46,2	29,5	29,1
Branco – superior completo	9,9	7,2	10,1	6,1
Branco – mestrado	0,2	0,1	0,3	0,2
Branco – doutorado	0,0	0,0	0,1	0,1
Preto – médio comp. e superior incomp.	2,0	2,7	2,5	3,4
Preto – superior completo	0,3	0,2	0,5	0,4
Preto – mestrado	0,0	0,0	0,0	0,0
Preto – doutorado	0,0	0,0	0,0	0,0
Pardo – médio comp. e superior incomp.	36,1	40,5	46,9	55,0
Pardo – superior completo	4,3	3,0	9,9	5,6
Pardo – mestrado	0,1	0,0	0,2	0,1
Pardo – doutorado	0,0	0,0	0,1	0,0
Agropecuária	0,9	1,9	0,7	2,7
Indústria	11,2	18,5	9,9	14,8
Construção Civil	1,7	7,1	2,1	8,7
Comércio	34,7	30,9	32,4	29,5
Serviços	25,6	31,1	30,2	34,3
Outros Serviços	23,0	9,4	21,6	8,6
Serviços domésticos	0,0	0,0	0,1	0,0
Portador de deficiência	0,5	0,7	1,0	1,2
Indústria optante pelo simples	28,5	22,1	38,0	31,5
Microestabelecimento	40,2	32,9	42,1	38,2
Pequeno estabelecimento	22,8	24,7	22,6	24,7
Médio estabelecimento	17,1	25,4	17,2	23,3
Grande estabelecimento	19,9	16,9	18,0	13,9
Até 1 ano	44,9	45,5	35,5	38,0
Mais de 1 a 2 anos	17,5	18,8	17,3	17,3
Mais de 2 a 3 anos	11,0	10,9	12,1	11,3
Mais de 3 a 5 anos	10,6	10,3	15,4	14,0
Mais de 5 a 10 anos	10,1	8,3	13,5	12,6
Mais de 10 anos	5,9	6,2	6,2	6,8
Ensino médio comp. e superior incomp.	85,0	89,0	79,0	87,0
Ensino superior completo	14,4	10,4	20,5	12,1
Mestrado	0,2	0,1	0,5	0,4
Doutorado	0,0	0,0	0,1	0,1
Renda do trabalho	1.389,01	2.080,89	1.722,96	2.194,82
Renda hora de trabalho	44,04	59,95	49,38	59,23

Fonte: Autores, elaboração própria a partir de dados da RAIS-MEB. **Nota:** A renda foi deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – IBGE, para valores em Reais de 2019.

pardas mostra uma expansão em torno das mulheres em detrimento dos homens, conservando uma quase inalterada variação aos sexos da raça/cor preta.

Quando se considera o grau de escolaridade a partir dos sexos, notabiliza-se que a escolaridade de ensino médio a superior incompleto, entre 2007 e 2017, reduz-se em ambos os grupos, sendo que o ensino superior completo revela um crescimento da participação feminina mais expressiva em comparação ao aumento dos homens, havendo nestes níveis de escolaridade uma espécie de compensação, de acordo com traços de Rocha, Campos e Bittencuort (2010) e Silva et al. (2016).

Já no tocante aos níveis de pós-graduação, os resultados expressam uma avaliação quase imperceptível, com incrementos bastante residuais em ambos os grupos. A maior escolaridade, em média, da força de trabalho feminina ocupada no Brasil é ratificada em outros estudos que abordam tais distinções, a exemplo de Silva Filho et al. (2014) e Silva Filho, A. e Queiroz (2015).

Ao se examinar a participação de portadores de deficiência, evidencia-se que as mulheres e os homens demonstram aumento entre 2007 e 2017 na participação do mercado de trabalho formal do Rio Grande do Norte, sendo que há uma ligeira superioridade masculina comparativamente à feminina na mencionada participação. Ademais, é baixa a participação de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho Potiguar, o que pode resultar de elevadas barreiras anteriores ao seu ingresso no mercado, como sugere Garcia e Maia (2014).

No que se refere aos setores da economia Potiguar, percebe-se que na agricultura e na indústria a participação masculina é superior à feminina. Em 2017, os homens participaram, respectivamente, com 2,7% e 14,8%, enquanto as mulheres com 0,7% e 9,9%. No segmento agrícola ocorre, portanto, um pequeno incremento na participação dos homens e diminuição das mulheres, já na indústria ambos apresentam queda, sendo pertinente convergir tais achados com as evidências trazidas por Machado, Oliveira e Antigo (2008).

O setor de construção exprime comportamento semelhante, havendo modificações no comércio e nos serviços, em que o número de mulheres excede o dos homens no primeiro e é ligeiramente inferior no segundo em ambos os anos, bem como, nos outros serviços, em que a participação feminina é superior à masculina, porém ambos explicitam queda entre 2007 e 2017, sendo nas atividades domésticas, apenas registrado número para mulheres.

Em seguida, as empresas que optam pelo simples (regime tributá-

rio simplificado) expressam uma elevação na participação de ambos os sexos, sendo que o aumento das mulheres em relação aos homens é um pouco mais representativo. Detalhando-se melhor, a quantia feminina nas micro e pequenas empresas excedem ao número de homens, sendo que o incremento masculino nas microempresas é mais significativo do que as mulheres e nas pequenas empresas só há uma residual variação feminina.

Finalmente, nas médias e grandes empresas, respectivamente, as primeiras mostram uma quase inalterada redução da participação feminina e uma pequena queda masculina, enquanto nas segundas quando apresentam redução, apenas o número de homens é maior que as mulheres nas pequenas empresas e nas grandes o inverso, a partir de relatos de [Belluzzo, Anuatti Neto e Pazello \(2005\)](#).

Nessas circunstâncias, a participação no mercado de trabalho formal mostra uma redução tanto para homens quanto para mulheres até 2 anos de empresa, ocorrendo uma inversão quando se aumenta o tempo dos sexos nos mencionados empreendimentos, cuja tendência observada se dá na esteira de haver incrementos à medida que o tempo na empresa aumenta.

Portanto, ao se admitir a renda média e a renda hora do trabalho, na verdade, os resultados ainda conservam um diferencial de rendimento em favor dos homens ao longo de uma década no Rio Grande do Norte, acentuando ocorrer no mercado de trabalho formal Potiguar a continuidade de discriminações de sexo, mesmo com redução desta diferenciação, com base na literatura revisitada neste artigo.

IV Algumas evidências sobre o diferencial de renda Potiguar

O item que se inicia, claramente, pretende analisar os resultados estimados do modelo de regressão múltipla, cuja tentativa é examinar o comportamento do diferencial dos rendimentos do mercado de trabalho no Rio Grande do Norte nos anos 2007 e 2017.

O mercado de trabalho brasileiro, por sua vez, configura-se pela elevada desigualdade de renda laboral, conformando-se na exclusão da parte da força de trabalho do terreno formal e permitindo a inserção da mão de obra no setor informal de maneira cada vez mais precária, acentuando significar uma temática não desprezível presente na literatura.

Nessa perspectiva, a análise das disparidades de renda do trabalho no setor formal da economia acaba por proporcionar subsídio à discussão acerca da persistência das disparidades de renda por questões soci-

oeconômicas e demográficas, mesmo quando os ocupados encontram-se na mesma situação de formalidade.

Pelos resultados encontrados a partir dos coeficientes apresentados na Tabela 4, torna-se possível afirmar que no Estado do Rio Grande do Norte, o efeito escolaridade atenua a redução das disparidades de renda por raça/cor e sexo da força de trabalho, convergindo com evidências alcançadas na literatura nacional, a exemplo do estudo de [Vilela, Araujo e Ribeiro \(2012\)](#).

Assim, o teste empírico aqui realizado, especialmente, parte da categoria de referência homem branco com ensino médio completo e superior incompleto, de maneira que o modelo permite constatar que os homens e mulheres brancos, pretos e pardos com ensino superior completo, isto é, independentemente da raça/cor e sexo, o que salta aos olhos trata do fato da maior escolaridade reduzir os diferenciais de rendimento, compatibilizando com realces de [Rocha, Campos e Bittencourt \(2010\)](#) e [Silva et al. \(2016\)](#).

Nesse sentido, o fator escolaridade produz no Estado do Rio Grande do Norte uma consequência pertinente, em outras palavras, a tangência entre os achados na pesquisa e as ênfases cristalizadas na literatura demonstram tal relevância do elemento educacional, mostrando que mais tempo de escola gera os sintomáticos efeitos positivos na perspectiva da diminuição dos diferenciais salariais potiguares.

V Considerações finais

Uma vez tendo realizado este estudo, o qual teve o objetivo de analisar o diferencial de rendimento no estado do Rio Grande do Norte em 2007 e 2017, tomando como referência os trabalhadores formais, algumas evidências foram alcançadas e, conseqüentemente, inúmeros apontamentos se tornaram pertinentes para sucintas observações conclusivas.

De fato, houve uma percepção na qual o fator escolaridade assumiu uma importância significativa no Rio Grande do Norte, quer dizer, os trabalhadores potiguares mostraram um comportamento convergente ao traço de que mais anos na escola reduzem os diferenciais salariais, havendo distinção de rendimento com níveis educacionais iguais.

Tabela 4: Diferenciais de rendimentos do trabalho entre os ocupados no setor formal no Rio Grande do Norte – 2007/2017.

Variáveis	Var. dependente ln (<i>rendahoratrab</i>)	
	(2007)	(2017)
Homem branco c/ ensino sup. comp.	1.071*** (0.007)	0.934*** (0.008)
Homem branco c/ mestrado	1.631*** (0.060)	1.597*** (0.043)
Homem branco c/ doutorado	2.093*** (0.135)	1.683*** (0.076)
Mulher branca c/ ens. méd. comp. e sup. incomp.	-0.112*** (0.004)	-0.130*** (0.005)
Mulher branca c/ ensino sup. comp.	0.644*** (0.007)	0.536*** (0.008)
Mulher branca c/ mestrado	1.398*** (0.048)	1.361*** (0.040)
Mulher branca c/ doutorado	1.843*** (0.138)	1.602*** (0.081)
Homem preto c/ ensino médio comp. e sup. incomp.	-0.064*** (0.011)	-0.055*** (0.010)
Homem preto c/ ensino superior comp.	0.879*** (0.039)	0.865*** (0.029)
Homem preto c/ mestrado	1.698*** (0.285)	1.188*** (0.187)
Homem preto com doutorado	-	-
Mulher preta c/ ensino médio comp. e sup. incomp.	-0.218*** (0.013)	-0.173*** (0.013)
Mulher preta c/ ensino superior completo	0.303*** (0.034)	0.404*** (0.029)
Mulher preta c/ mestrado	0.721* (0.403)	0.655*** (0.221)
Mulher preta c/ doutorado	-	-
Homem pardo c/ ens. méd. comp. e sup. incomp.	-0.097*** (0.004)	-0.040*** (0.004)
Homem pardo c/ ensino superior comp.	0.857*** (0.010)	0.759*** (0.008)
Homem pardo c/ mestrado	1.271*** (0.085)	1.505*** (0.046)
Homem pardo c/ doutorado	1.667*** (0.158)	1.468*** (0.097)
Mulher parda c/ ensino médio comp. e sup. incomp.	-0.214*** (0.004)	-0.168*** (0.005)
Mulher parda c/ ensino superior completo	0.499*** (0.009)	0.424*** (0.008)

Fonte: Autores, elaboração própria a partir das estimativas no Software R. **Nota:** *p **p ***p, significância estatísticas em 0,05, 0,01 e 0,001, respectivamente.

Tabela 4: Diferenciais de rendimentos do trabalho entre os ocupados no setor formal no Rio Grande do Norte – 2007/2017 (continuação).

Variáveis	Var. dependente ln (<i>rendahoratrab</i>)	
	(2007)	(2017)
Mulher parda c/ mestrado	0.800*** (0.068)	1.248*** (0.049)
Mulher parda c/ doutorado	1.402*** (0.255)	1.148*** (0.103)
Indústria	0.270*** (0.008)	0.092*** (0.008)
Construção	0.226*** (0.009)	0.072*** (0.009)
Comércio	0.076*** (0.007)	-0.019** (0.008)
Serviços	0.214*** (0.007)	0.078*** (0.008)
Outros serviços	0.037*** (0.008)	0.073*** (0.008)
Serviços domésticos	-0.084 (0.093)	-0.065 (0.058)
Migrante pendular	-0.0002 (0.003)	-0.013*** (0.003)
Idade	0.013*** (0.001)	0.011*** (0.001)
Idade ²	0.00001 (0.00001)	-0.0001*** (0.00001)
Portador de deficiência	-0.102*** (0.016)	-0.140*** (0.013)
Indústria optante pelo simples	-0.218*** (0.003)	-0.231*** (0.003)
Pequeno estabelecimento	0.072*** (0.003)	0.057*** (0.004)
Médio estabelecimento	0.242*** (0.004)	0.072*** (0.004)
Grande estabelecimento	0.092*** (0.004)	-0.006 (0.005)
Mais de 1 a 2 anos	0.051*** (0.003)	0.022*** (0.004)
Mais de 2 a 3 anos	0.064*** (0.004)	0.047*** (0.005)
Mais de 3 a 5 anos	0.089*** (0.004)	0.080*** (0.004)
Mais de 5 a 10 anos	0.143*** (0.005)	0.172*** (0.005)

Fonte: Autores, elaboração própria a partir das estimativas no Software R. **Nota:** *p **p ***p, significância estatísticas em 0,05, 0,01 e 0,001, respectivamente.

Tabela 4: Diferenciais de rendimentos do trabalho entre os ocupados no setor formal no Rio Grande do Norte – 2007/2017 (continuação).

Variáveis	Var. dependente ln (<i>rendahoratrab</i>)	
	(2007)	(2017)
Mais de 10 anos	0.605*** (0.006)	0.445*** (0.006)
Constante	2.715*** (0.016)	3.225*** (0.018)
Número de Observações	210.785	130.057
R ²	0.426	0.392
Adj. R ²	0.426	0.392
Residual Std. Error	0.570 (<i>df</i> = 210744)	0.494 (<i>df</i> = 130016)
F Statistic	3.907.031*** (<i>df</i> = 40; 210744)	2.094.192*** (<i>df</i> = 40; 130016)

Fonte: Autores, elaboração própria a partir das estimativas no Software R. **Nota:** *p **p ***p, significância estatísticas em 0,05, 0,01 e 0,001, respectivamente.

Assim, foi relevante acentuar que a ausência de assimetrias na escolaridade produziu o retorno das características diferenciadoras associadas aos elementos raça/cor e sexo. Em outras palavras, no Estado do Rio Grande do Norte, a educação exerceu um papel sintomático de superação dos traços sociais e culturais próprios das heranças históricas brasileiras, não o excluindo das mencionadas reverberações nacionais em direção ao Estado.

Os trabalhadores migrantes pendulares e os portadores de deficiência, claramente, revelaram níveis de rendimento inferiores ao vislumbrado por outros agentes, evidenciando ocorrer elementos discriminatórios não desprezíveis e, conseqüentemente, tal desenho suscitou nuances plausíveis no sentido de exprimir diferenças salariais potigüares.

Já os setores da economia norte-rio-grandense, a rigor, trouxeram como aspectos importantes o fato de que os trabalhadores da indústria tiveram rendimentos médios superiores ao segmento agrícola, sendo esse superior, tão somente, aos trabalhadores domésticos, evidentemente na perspectiva do mercado de trabalho formal.

Os ganhos salariais mais elevados, categoricamente, foram observados nos estabelecimentos pequenos e médios, em detrimento das microempresas, demonstrando que empresas com porte econômico maior, provavelmente, apresentaram pagamentos de rendimento mais

representativos na média, sublinhando assimetrias nos rendimentos no enquadramento empresarial.

Afinal, o tempo de permanência no emprego explicitou, na verdade, que uma maior quantidade de anos na ocupação gerou rendimentos mais representativos, assinalando haver uma tendência de incremento salarial à medida que o agente permaneceu na ocupação correspondente, cujo registro mais expressivo se deu com trabalhadores no mesmo posto de trabalho por mais de uma década, reforçando tal resultado como não desprezível.

Portanto, os resultados alcançados trouxeram realces sintomáticos acerca dos diferenciais de rendimento no Estado potiguar, enfatizando haver como prerrogativa mais contundente de superação dos inúmeros aspectos assimétricos no mercado de trabalho formal do Rio Grande do Norte, claramente, a consideração do fator escolaridade, mostrando que uma população com níveis educacionais maiores geraram efeitos positivos na eliminação de discriminação salarial por raça/cor e sexo, retornando a este contexto nos níveis escolares iguais.

O estudo apresentou, categoricamente, limites não descartáveis, de modo que a necessidade de replicação da análise a outros estados nordestinos, com ampliação da série temporal e a aceitação de novos métodos de mensuração, consistiu em alguns dos elementos não realizados e, conseqüentemente, tais ênfases possibilitaram suscitar futuros esforços investigativos adicionais ao agora finalizado.

Referências

BELLUZZO, W.; ANUATTI NETO, F.; PAZELLO, E. T. Distribuição de salários e o diferencial público-privado no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 511–533, 2005.

DUARTE, L. B. Diferencial de rendimento entre os setores formal e informal: uma análise das regiões metropolitanas do sudeste e sul. *Revista Debate Econômico*, Alfenas, v. 5, n. 2, p. 4–26, 2017.

GARCIA, V. G.; MAIA, A. G. Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 395–418, 2014.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C. d.; ANTIGO, M. Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: o papel das características observadas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 355–388, 2008.

MACIEL, F. T.; OLIVEIRA, A. M. H. C. d. Informalidade e segmentação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: uma decomposição quantílica de diferenciais

- de rendimento. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 1–37, 2018.
- MINCER, J. *Schooling, Experience, and Earnings*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1974. (Human behavior and social institutions).
- ROCHA, M.; CAMPOS, M. d. F. S. d. S.; BITTENCUORT, M. V. L. A evolução da desigualdade por categorias de escolaridade entre 1996 e 2004: uma análise com regressões quantílicas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 141–166, 2010.
- SILVA FILHO; A., L. et al. Dinâmica migratória e diferenciais de rendimentos no Rio Grande do Norte – 2000/2010. *Revista Economia Mackenzie*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 61–83, 2019.
- SILVA FILHO; A., L.; QUEIROZ, S. N. Seletividade por sexo, na atividade industrial brasileira nos anos 2000. *Revista da ABET, (ONLINE)*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 259–269, 2015.
- SILVA FILHO et al. Mercado de trabalho na construção civil brasileira: uma abordagem comparativa entre homens e mulheres. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, VI., 2014, Lima. *Anais...* [S.l.]: ALAP, 2014. p. 28.
- SILVA, V. H. M. C. et al. Capital humano e desigualdade salarial no Brasil: uma análise de decomposição para o período 1995–2014. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 579–608, 2016.
- SILVEIRA NETO; M., R. da; CAMPÊLO, A. K. Radiografando as disparidades regionais de renda no brasil: evidências a partir de regressões quantílicas. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 34, n. 3, p. 359–378, jul. 2003.
- VILELA, T.; ARAUJO, E.; RIBEIRO, E. P. Análise do diferencial de renda do trabalho em 2008 entre diferentes gerações de trabalhadores no Brasil. *Revista EconomiA*, Brasília, DF, v. 13, n. 2, p. 385–414, 2012.